

Atos Oficiais

LEI Nº 6.614, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Altera dispositivos da Lei 4.217, de 18 de dezembro de 1998 que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires; altera e revoga dispositivos da Lei 6.343, de 14 de maio de 2019 que dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância, e dá outras providências e acrescenta dispositivos na Lei 6573 de 23 de abril de 2021, que dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 138 da Lei 4217 de 18 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 138 O Processo Administrativo Disciplinar e Sindicâncias serão conduzidos por comissão processante composta de 3 (três) funcionários, sendo necessariamente 2 (dois) estáveis, designados pela autoridade competente sendo que a Presidência da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, *stricto sensu*, será exercida pelo Corregedor Geral, com exceção das Comissões da Secretaria da Saúde, Educação e da Secretaria de Segurança Urbana.

.....”(NR)

Art. 2º Os artigos 2º e 3º da Lei 6.343 de 14 de maio de 2019, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior será composta por três servidores, sendo necessariamente 2 (dois) estáveis, sendo 01 (um) Presidente e 2 (dois) membros, em cada Secretaria, sendo que a Presidência da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, *stricto sensu*, será exercida pelo Corregedor Geral, com exceção das Comissões da Secretaria da Saúde, Educação e da Secretaria de Segurança Urbana.

Art. 3º.

§ 6ª (REVOGADO)

§7º (REVOGADO)

.....(NR)

Art. 3º. O artigo 24 da Lei 6.573, de 23 de abril de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“**Art. 24**.....

.....
X – presidir os processos administrativos disciplinares, ressalvada a competência da Corregedoria da Guarda Civil Municipal e processos administrativos disciplinares setoriais da Educação e da Saúde.

XI. Após a recomendação das sanções cabíveis realizada pelas comissões permanentes de apuração disciplinar, realizadas pela Secretaria de Saúde e Educação, os autos serão encaminhados à Corregedoria Geral do Município para controle e averiguação de eventuais ilegalidades, com prazo de retorno em 15 (quinze) dias para saneamento e/ou continuidade do procedimento.

.....”(NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 25 de junho de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processos Administrativos nº 1625/2021 e 3717/2020- PMRP.
Publicado no órgão da imprensa oficial.